
DOSSIÊ

A DIMENSÃO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA VIDA PÚBLICA NO SUL GLOBAL: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

*The local dimension and community participation in public life in the Global South:
A brief presentation*

BUSSOTTI, Luca¹ e NHAUELEQUE, Laura António²

1. Introdução

Existe, hoje, no Sul Global, uma cada vez mais urgente necessidade de respeito pelos direitos fundamentais de comunidades locais, minorias e do meio ambiente em que elas vivem, diante do ataque de investimentos de multinacionais, diante dos quais os poderes públicos se posicionam, geralmente, de forma ancilar, servil. As multinacionais que investem não provêm apenas do Norte do mundo, pois exemplos não faltam em que empresas de grande dimensão sediadas no hemisfério Sul atuam como e talvez pior do que as suas congêneres do Norte.

2. O Sul Global entre multinacionais, governos nacionais e comunidades locais

O cenário supra referido encontra a sua confirmação em fatos reais. Impossível, aqui, não fazer referência ao caso da Braskem em Maceió, cujas consequências continuam tão imprevisíveis quanto desastrosas. Com uma evidente omissão das responsabilidades de quem deixou iniciar o investimento em sal-gema (a ditadura militar) sem calcular os riscos ambientais, nem informar as comunidades locais ou fiscalizar o andamento da exploração (Mansur e Wanderley, 2023);

¹ Universidade Técnica de Moçambique (UDM). ORCID: 0000-0002-1720-3571. Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Pisa (Itália), Pós-Doutorado pelo Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, Lisboa. Professor Associado Visitante no PPGS/UFPE (2019-2023) e Professor Visitante na Universidade de Macerata, Itália (2024). Email: labronicus@gmail.com.

² CEMRI – Universidade Aberta de Lisboa; Instituto Superior Dom Bosco (ISDB), Maputo, Moçambique. Doutora em Relações Interculturais pela Universidade Aberta de Lisboa. ORCID: 0000-0002-2123-0636. Email: lauramacua@gmail.com.

entretanto, este caso não é o único no panorama brasileiro, a ter violado qualquer norma de tipo ambiental e social: é suficiente recordar os da Samarco/Vale/BHP Billiton, em 2015 em Minas Gerais (Rodrigues, 2023), pela Hydro, em 2018, e pela Vale, em 2019, em Brumadinho (Rohde & Binotti, 2019).

Se sairmos do Brasil e formos para África, a situação não muda. O que talvez possa mudar é o sujeito que protagoniza o investimento: trata-se de empresas quase sempre alheias ao contexto local, provenientes ora do Norte, ora do Sul global.

Neste caso, também podem se citar alguns exemplos de investimentos falhados Sul-Sul. Só para falar de Moçambique – o país mais presente neste dossiê – os casos da Vale que operou alguns anos na província de Tete (Chachuaio & Conceição, 2020) ou do programa Pro-Savana no Corredor de Nacala (com a participação triangular do governo de Moçambique, da ABC e da Cooperação japonesa, JICA) (Bussotti & Nhaueleque, 2022) dizem tudo acerca de como o globalismo neoliberal penetrou de forma tão profunda mesmo em companhias públicas ou semipúblicas do Sul global, tão de torna-las indistinguíveis das suas congêneres do Norte.

Diante deste cenário de alianças entre grandes investimentos e governos nacionais, em constante detrimento das comunidades abrangidas e dos seus direitos, a recuperação da dimensão local e da participação à vida pública se torna fundamental. Os contextos, no Sul global, a este propósito são extremamente diversificados. Se no Brasil a dimensão local é garantida – pelo menos formalmente – por uma legislação em que o cidadão é chamado a escolher seus representantes nos municípios, nos estados e a nível federal, em África as coisas andam de forma muito diferente. Só para dar alguns exemplos da lusofonia, em Angola nunca se votou para a escolha dos representantes a nível local (quer nos municípios, quer nas províncias): é sempre o governo central a nomear estas figuras, independentemente do resultado das eleições (gerais) nesta ou naquela cidade ou província; em Moçambique as últimas eleições municipais revelaram fraudes massivas e graves, a partir da capital, onde o partido no poder (FRELIMO) só conseguiu ganhar graças a fraudes comprovadas por parte de vários observadores, nacionais e internacionais, humilhando a vontade popular que tinha eleito o candidato da oposição (Venâncio Mondlane, da RENAMO) (CIP, 2023).

Hoje, a dimensão local, que tinha sido enaltecida como ideal para promover a participação das comunidades, ultrapassando a distância entre governados e governantes (Schumacher, 1973) está atravessando uma crise estrutural, sobretudo no Sul global, de que é necessário sair.

3. O Local: uma dimensão que incomoda

Não restam dúvidas de que o local, hoje, representa um incômodo para os objetivos do neoliberalismo autoritário (Bruff & Tansel, 2018). A corrida desenfreada para recursos energéticos tradicionais (carvão, gás, petróleo), assim como para outros minerais de grande valor comercial (ouro, diamantes, rubis, etc.) fazem da dimensão local e da resistência da sociedade civil o derradeiro baluarte em defesa de direitos ecológicos e humanos básicos. Parece que a distinção entre governos progressistas e conservadores também atenuou-se muito: hoje, a tendência quase que uniforme, a nível político, é aceitar e implementar os desenhos das grandes multinacionais, sem considerar os legítimos interesses das populações locais, as quais, como podem e quando podem, procuram resistir. No contexto africano, por exemplo, resulta complicado definir partidos outrora bastiões do progressismo continental e até internacional, tais como FRELIMO de Moçambique, MPLA de Angola, ZANU no Zimbabué ou o próprio ANC na África do Sul como forças realmente progressistas e defensoras dos direitos das populações locais e das minorias presentes em todos os países africanos.

A dimensão do enriquecimento pessoal, familiar e dos acólitos deste ou daquele poderoso de turno já representa o marco típicos de muitos regimes africanos. Regimes que, à falta de distinção efetiva entre forças políticas progressistas e conservadoras, acrescentam um autoritarismo já reconhecido e comprovado, diante do qual os países ocidentais ficam complacentes, e os outros do Sul global, Brasil em primeiro lugar, perplexos. É muito recente o discurso de Lula em Luanda, criticando a concentração de riqueza no mundo, sobretudo no que diz respeito à desigualdade de género que este fosso provoca (Alves Neto, 2023). Uma concentração que vê os países africanos nos primeiros lugares do coeficiente de Gini, com a África do Sul em primeira posição, Brasil na oitava e Angola na décima (World Bank, 2024).

Órfãos de uma política progressista e defensora de direitos humanos e ecológicos, movimentos sociais Sul-Sul estão desenvolvendo ações de grande importância. O movimento “Não ao ProSavana” de Moçambique levou ao fechamento de um programa que tencionava converter 11.000 hectares de terra fértil no Norte do país em cultivo de *commodities* para os mercados asiáticos. A colaboração do MST brasileiro foi fundamental para que o governo moçambicano tomasse uma decisão tão drástica quão histórica e em parte inesperada; na Nigéria, desde o início do atual século um dos principais movimentos de resistência contra as multinacionais de petróleo no delta do Níger está sendo levado a cabo por mulheres, de forma não violenta (Munir, 2020); na Guiné-Bissau a voz das comunidades locais foi decisiva para assumir a biodiversidade como elemento central de um desenvolvimento local e comunitário que poderá expandir-se a nível nacional (UNIOGBIS, 2015).

Estes poucos exemplos demonstram como a dimensão local e o protagonismo das comunidades representam os eixos centrais para definir uma nova estratégia de luta contra o expansionismo do neoliberalismo autoritário. É certo que a fraqueza da dimensão política, do lado progressista, em pelo menos limitar a força dos abusos perpetrados em nome do maior proveito econômico, representa um aspecto extremamente crítico para repensar o funcionamento do atual sistema-mundo.

4. A dimensão local neste dossiê

Os artigos apresentados neste dossiê representam exemplos de dimensões diferenciadas da atuação do local no contexto do Sul global. Vários países do Sul estão presentes no dossiê: além do Brasil, domina o caso de Moçambique, mas também é possível compreender o exemplo da Guiné-Bissau e a importância (assim como as dificuldades) de instituições subcontinentais, como a SADC na África Austral.

O artigo da Luane Bento dos Santos aborda uma dimensão cultural do local e das minorias extremamente significativas. Trata-se da dimensão do cabelo “afro” na vertente afro-diaspórica, que carrega consigo significados e legados históricos que, desde a época da escravidão, caracterizam a necessidade de distinção de uma minoria econômica que, no Brasil, é maioria numérica (a população negra e parda). O estudo foi realizado no Rio de Janeiro, e poderá representar um bom exemplo para expandir esta dimensão cultural e histórica do cabelo “afro” a outras latitudes do país-continente brasileiro.

O texto de José Alfredo Roubo nos leva a uma dimensão mais materialista e concreta do relacionamento entre local, nacional e internacional. Mediante uma pesquisa também empírica, realizada na província da Zambézia (distrito do Alto Molocué), o autor analisa como a exploração de tantalita está trazendo consequências nocivas junto às comunidades locais, assim como ao meio ambiente, retirando preciosa mão-de-obra da atividade agrícola, que garante até hoje as necessidades alimentares básicas daquelas populações.

No texto de Susana Serra Pereira, a dimensão local-ambiental é lida mediante o caso dos mangais na província de Inhambane, Sul de Moçambique. Aqui, a pesquisa se concentra em compreender- mediante entrevistas com as populações locais - como é que as comunidades interpretam e vão aprendendo sobre a importância dos mangais para as suas vidas e para a preservação da biodiversidade. Uma dimensão, está, com grandes potencialidades num contexto como o de Inhambane.

De cunho antropológico é o artigo da Vânia Pedro. Ele aborda a questão do planejamento familiar em Moçambique, com uma perspectiva crítica que envolve a própria dimensão do local. Com efeito, pelo menos no Sul de Moçambique, onde a pesquisa foi realizada, as maiores barreiras a um planejamento livre e consciente são constituídas por fatores familiares e comunitários, assim como por outros, relacionados com o funcionamento problemático do sistema nacional de saúde.

O texto do Ricardo Mário Joaquim, sobre justiça ambiental, aborda este tema segundo uma dimensão mais filosófica. Tendo como referência principal em parte o movimento ecologista, em parte John Rawls, o autor destaca a importância da justiça ambiental como elemento para superar as injustiças mesmo de tipo social, tendo Moçambique como exemplo principal.

O artigo de Achezar Matias e Cantíflula de Castro nos remete a uma dimensão diferente do local: ou seja, as vertentes étnicas do local, na construção histórica do estado-nação moçambicano. Trata-se de uma reflexão teórica, com base nos mecanismos de exclusão étnicas (principalmente as do Norte de Moçambique), que o estado primeiro colonial, depois independente levaram a cabo.

Finalmente, o texto de Tina Lorizzo aborda questões também muito relevantes na esfera local e dos direitos fundamentais das comunidades e dos cidadãos. A gestão da justiça é um dos principais problemas no Sul global. E os frequentes (e muitas vezes desnecessários) encarceramentos de pessoas pertencentes a comunidades desfavorecidas, contra as quais o punho de ferro do estado nunca falta. Tendo como exemplo o caso de Moçambique, a autora procura perceber quais são os mecanismos que induzem os juizes (da justiça formal) a determinar a pena de prisão mesmo para crimes não graves. Trata-se de medidas que contradizem a orientação do ordenamento moçambicano, que prevê penas alternativas, mesmo com recurso ao auxílio da justiça local, de tipo comunitário.

O dossiê resulta complementado por dois outros elementos, que o enriquecem e lhe garantem uma dimensão ainda mais internacional. Por um lado, a longa e densa entrevista da Laura Nhaueleque junto ao Miguel de Barros, um investigador social de comprovada experiência, e uma das principais referências do movimento ambientalista e do ativismo ~~cívico~~ na Guiné-Bissau e, no geral, na África Ocidental. Uma entrevista que toca as principais questões contidas neste dossiê, desde a posse de terra às questões de género, o relacionamento local-nacional-internacional para terminar com a biodiversidade e os direitos humanos.

Por fim, a resenha apresentada por Luca Bussotti remete a uma dimensão em que várias realidades locais se relacionam e se confrontam com tentativas, até o momento tímidas, do multilateralismo africano. Trata-se de dois livros, ambos organizados pelo Prof. Korwa Adar e outros colegas dos países da SADC (Southern African Development Community), que analisam o

processo de integração (chamado por Adar de “Sadcnização”) em várias dimensões: administrativa, na comunicação social, política e jurídica. Dois volumes inovadores e que colocam problemáticas comuns a várias outras organizações subcontinentais africanas (e não só), em que o ponto mais fraco é a modesta participação à vida da organização por parte das comunidades locais e nacionais, reduzindo o processo de integração a uma discussão entre as elites políticas dos vários países.

5. REFERÊNCIAS

Alves Neto, P. (2023). Em Angola, Lula diz que desigualdade de gênero é a ‘mais grave’, e que combate exige ‘indignação’. *Globo*, 25/08/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/25/lula-discursa-visita-a-angola.ghtml>. Acesso em: 11/01/2024.

Bruff, I. & Tansel, C. (2018). Authoritarian neoliberalism: trajectories of knowledge production and praxis. *Globalizations*, vol. 16, Issue 3, pp. 233-244. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2018.1502497>. Acesso em: 12/01/2024.

Bussotti, L. & Nhauелеque, L.A. (2022). Social Movements in Rural Africa. How and why Mozambican State Closed the Prosasvana Program. In: Sanches, E. (Org.). *Popular protests, political opportunities, and Change in Africa*. London: Routledge, pp. 109-127.

Chachuaio, C.S. & Conceição, I.A. (2020). A inserção da Vale em Moçambique e os Direitos Humanos: O caso de deslocamentos forçados e violação ambiental na vila de Moatize. *Revista de Análise Internacional*, vol. 5, n. 1, pp. 3-34. Disponível em: www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2020/06/v.5n1a12020.pdf. Acesso: 10/01/2024.

CIP (2023). O roteiro da fraude, como foi que a Frelimo manipulou os resultados das eleições autárquicas 2023. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/10/O-Roteiro-da-Fraude-como-foi-que-a-Frelimo-manipulou-os-resultados-1-1.pdf>. Acesso: 11/01/2024.

Mansur, M. & Wanderley, L.J. (2023) (Orgs.). *Copalso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações*. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração/Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil.

Munir, L. (2020). Gender roles in Nigeria’s non-violent oil resistance movement. *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 55, Issue 1, pp. 79-97.

Rodrigues, L. (2023). Caso Samarco: Justiça exige depósito de R\$ 10 bi para reparar danos. *Agência Brasil*, 03/04/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-04/caso-samarco-justica-exige-deposito-de-r-10-bi-para-reparar-danos>. Acesso em: 12/01/2024.

Rohde, C. & Binotti, D. (2019). O caso do Brumadinho em Minas Gerais: acerca da responsabilização ambiental e criminal dos envolvidos. *5º Congresso Internacional de direitos contemporâneo*. Santa Maria: UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/3.2.pdf>. Acesso em: 12/01/2024.

Schumacher, E.F. (1973). *Small is beautiful*. London: Blond & Briggs.

UNIOGBIS (2015). Guiné-Bissau assume a biodiversidade como um dos pilares do desenvolvimento. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/guiné-bissau-assume-biodiversidade-como-um-dos-pilares-do-desenvolvimento>. Acesso: 12/01/2024.

World Bank (2024). *Top 10 countries with the Highest Gini Coefficient*. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country>. Acesso: 12/01/2020.

